



ANÁLISE TRANSNACIONAL DE SISTEMAS ESPORTIVOS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE AS POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DE COMPARAÇÃO¹

Leticia Godoy

Doutora em Educação Física
Universidade Federal do Paraná – UFPR.
Curitiba, Paraná – Brasil.
leticiagodoy@uol.com.br

Natasha Santos-Lise

Doutora em Educação Física
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.
Ponta Grossa, Paraná – Brasil.
natashalise@uepg.br

Fernando Marinho Mezzadri

Doutor em Educação Física
Universidade Federal do Paraná – UFPR.
Curitiba, Paraná – Brasil.
mezzadri@ufpr.br

Resumo

Objetivo do estudo: o presente ensaio busca refletir, sob a perspectiva de uma discussão teórica, acerca da possibilidade de comparação entre sistemas esportivos de diferentes países, com base no livro “Sport Policy Systems and Sport Federations: a cross-national perspective”.

Metodologia/abordagem: Discussão com base na abordagem teórica de Scheerder, Willem e Claes (2017), que definem indicadores plausíveis para uma análise de cunho comparativo entre sistemas esportivos de diferentes países.

Originalidade/Relevância: Embora o foco da abordagem teórica utilizada seja a comparação majoritariamente entre países europeus, entende-se que esta temática, junto aos indicadores de comparação expostos, possa auxiliar na reflexão do sistema brasileiro esportivo, haja vista as escassas discussões e debates teóricos a este respeito.

Principais resultados: Os principais resultados da reflexão se referem à possibilidade de comparação entre Brasil e países do leste europeu, centrando na perspectiva de intervenção Estatal, como um indicador.

Contribuições teóricas/metodológicas: O presente ensaio contribui no sentido de apresentar novos indicadores para comparação com outros sistemas esportivos, que permitam a discussão para o desenvolvimento do sistema brasileiro, de forma efetiva e com base teórica.

Palavras-chave: Esporte. Política Pública. Gestão. Sistemas.

Cite como

American Psychological Association (APA)

Godoy, L., Santos-Lise, N., & Mezzadri, F. M. (2024, jan./abr.). Análise transnacional de sistemas esportivos: uma discussão teórica sobre as possibilidades metodológicas de comparação. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, 13(1), 1-28. <https://doi.org/10.5585/podium.v13i1.20922>

¹ O artigo foi baseado na tese de doutorado: Leticia Godoy. “O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: Revelações e Possíveis Delineamentos”. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/34638/R%20-%20T%20-%20LETCIA%20GODOY.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.



CROSS-NATIONAL ANALYSIS OF SPORTS SYSTEMS: A THEORETICAL DISCUSSION ABOUT THE METHODOLOGICAL POSSIBILITIES OF COMPARISON

Abstract

Objective: This essay seeks to reflect, from the perspective of a theoretical discussion, on the possibility of comparing sports systems from different countries, based on the book “Sport Policy Systems and Sport Federations: a cross-national perspective”.

Methodology / approach: Discussion based on the theoretical approach of Scheerder, Willem and Claes (2017), which define plausible indicators for a comparative analysis between sports systems from different countries.

Originality / Relevance: Although the focus of the theoretical approach used is the comparison mainly between European countries, it is understood that this theme, together with the comparison indicators exposed, may help in the reflection of the Brazilian sports system, given the few theoretical discussions and debates, in this regard.

Main results: The main results from the reflection refer to the possibility of comparison between Brazil and Eastern European countries, focusing on the perspective of State intervention, as an indicator.

Theoretical / Methodological Contributions: This essay contributes to present new indicators for comparison with other sports systems, which allow the discussion for the development of the Brazilian system, effectively and with theoretical basis.

Keywords: Sport. Public Policy. Management. Systems.

ANÁLISIS TRANSNACIONAL DE LOS SISTEMAS DEPORTIVOS: UNA DISCUSIÓN TEÓRICA SOBRE LAS POSIBILIDADES METODOLÓGICAS DE COMPARACIÓN

Resumen

Objetivo: El presente ensayo busca reflejar, desde la perspectiva de una discusión teórica, sobre la posibilidad de comparar sistemas deportivos de diferentes países, basado en el libro “Sistemas de política deportiva y federaciones deportivas: una perspectiva transnacional”.

Método: Discusión basada en el enfoque teórico de Scheerder, Willem y Claes (2017), que definen indicadores plausibles para un análisis comparativo entre sistemas deportivos de diferentes países.

Originalidad / Relevancia: Aunque el enfoque del enfoque teórico utilizado es la comparación principalmente entre países europeos, se entiende que este tema, junto con los indicadores de comparación expuestos, puede ayudar a la reflexión del sistema deportivo brasileño, dadas las pocas discusiones y debates teóricos, en este sentido

Resultados principales: Los principales resultados de la reflexión se refieren a la posibilidad de comparación entre Brasil y los países de Europa del Este, centrándose en la perspectiva de la intervención estatal, como un indicador.

Contribuciones teóricas / metodológicas: este ensayo contribuye a presentar nuevos indicadores para la comparación con otros sistemas deportivos, que permiten la discusión para el desarrollo del sistema brasileño, de manera efectiva y con base teórica.

Palabras clave: Deporte. Política Pública. Gestión. Sistemas.

Introdução

A criação do denominado Sistema Nacional de Esporte e de Lazer (SNEL) tem sido trazida em textos oficiais do governo federal, desde 2004, quando da realização 1ª Conferência Nacional do Esporte (I CNE), que aconteceu em Brasília. A grande conclusão dessa Conferência, como aponta Leticia Godoy (2013), trouxe a perspectiva da construção de um sistema nacional voltado a unificar e coordenar as ações de todos os setores, agentes e instituições envolvidas com o esporte no Brasil. Ou seja, ficava ali evidente que cada agente envolvido no campo esportivo teria um papel a desempenhar, em prol do desenvolvimento do esporte brasileiro, trazendo a perspectiva de que esta não seria uma função exclusiva do Estado.

A 2ª Conferência Nacional do Esporte (II CNE), de 2006, por sua vez, deu continuidade à mobilização dos municípios, estados e regiões, concentrando suas discussões em torno do tema: “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”. Esperava-se que em 2008 houvesse a realização da 3ª edição da Conferência Nacional do Esporte (III CNE), mas, o evento só aconteceu em 2010. Para além do atraso, a III CNE não trouxe a continuidade do debate em torno do Sistema Esportivo, mas discussões pautadas na elaboração de metas para um plano decenal do esporte e do lazer. Desta forma, torna-se visível o distanciamento entre o tema pautado para esta III CNE e as deliberações aprovadas no documento final das duas Conferências anteriores. Estes documentos confirmavam a intenção de dar continuidade às mobilizações e debates no sentido de orientar e subsidiar a reconstrução do SNEL para assim consolidar a Política Nacional do Esporte (PNE), efetivada desde 2005, com o compromisso de assegurar o acesso ao esporte – como parte dos direitos constitucionais – para a maior parte da população brasileira.

Impossível não relacionar a aparente migração destes investimentos e estímulos para outros setores de interesse do esporte nacional, com os apelos vinculados aos acontecimentos que, naquele momento, colocaram o Brasil em evidência no panorama mundial, como país escolhido para sede e palco da realização dos mais importantes megaeventos esportivos mundiais – como a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016. Esta mudança de propósitos parece ter provocado a descontinuidade e desarticulação das ações para efetivar os compromissos assumidos na Carta de Brasília, produzida após a II CNE, dificultando assim a possibilidade de institucionalizar a construção do SNEL, como demanda prioritária para a agenda política estatal (política de Estado).

Além da Carta de Brasília, cabe salientar que o fruto deste debate, que envolveu especialistas e pesquisadores da área, resultou em um documento propositivo de um Sistema Nacional de Esporte (Brasil, 2015), que trazia novas perspectivas sobre as dimensões esportivas, bem como um panorama de quem poderia ser responsável por quais ações (Ministério do Esporte, s/d). Inclusive, esse documento embasa a discussão da atual proposta de Lei Geral do Esporte (PL 1825/2022).

A produção acadêmica, incorporada pelos pesquisadores da área da Educação Física nas últimas três décadas, criou um panorama ampliado a respeito dos estudos sobre o campo esportivo², colocando-se aqui o destaque para os temas de investigação sobre política pública do esporte no Brasil, o que trouxe para este e para outras contribuições de distintas áreas de conhecimento que transcorriam em consolidação ao longo do século XX (Godoy, 2013).

De acordo com Godoy (2013), ainda que o esporte tenha sido contemplado na Constituição de 1988, como um direito a ser garantido e disponibilizado para toda a população, sem distinção de sexo, idade, condição física ou qualquer outra característica individual, os estudos sobre a prática esportiva no Brasil e suas relações com as políticas públicas são alvo de discussões recentes e vem enfrentando o desafio de ver ampliado o número de pesquisas que o relacionem à condição e natureza de direito social fundamental. Conforme Starepravo (2011), o processo de democratização do setor esportivo e de lazer se tornou possível na medida em que estudos, projetos e programas foram sendo incentivados. Corroboram com tal afirmação Toledo e Bega (2010, p.3) ao declarar que:

O interesse pelas políticas públicas setoriais de esportes foi ampliado significativamente nos últimos anos, tanto no que se refere à incorporação na agenda governamental, quanto no que diz respeito à produção acadêmica sobre o tema. [...] A ação do Estado que se direciona ao esporte é muitas vezes relacionada como uma política de caráter social, que atuaria no sentido de garantir o direito social ao esporte.

De maneira especial, estariam aí apontadas possíveis indicações de que a década de 1980 notou um crescimento importante no número de praticantes formais e não formais, evidenciados pelo aumento de eventos esportivos, pela produção de equipamentos e materiais esportivos, na proliferação de academias, e também pelos espaços dedicados ao esporte na mídia nacional e nas pesquisas realizadas na área.

Nesse sentido, no que se refere à contextualização da trajetória da organização do esporte no Brasil, sob o viés da produção acadêmica, Leticia Godoy (2013) estabelece, em sua tese de

² O “campo esportivo” aqui considerado a partir da teoria de campo de Pierre Bourdieu. Modelo elaborado originalmente para identificar os mecanismos sociais que determinam e prescrevem “leis de reprodução social” (Marchi Júnior, 2002). Tal modelo de análise envolve agentes sociais, estruturas e disposições num constante processo de interação e que considera os processos de mediação entre agentes sociais e a sociedade.



doutorado um levantamento de alguns estudos realizados sob o enfoque temático das políticas públicas de esporte e como objeto referencial de análise, os estudos pontuais sobre o sistema nacional de esporte.

De acordo com tal levantamento, é possível inferir uma escassa produção que se dedique a refletir acerca do sistema nacional de esporte brasileiro. No início da década de 1970, foi realizado um dos mais abrangentes diagnósticos que teve como objetivo retratar a situação e as condições do esporte no país. A obra intitulada “Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil” (Costa, 1971) pode ser aqui apontada como uma das primeiras pesquisas e mais importantes iniciativas a tratar de políticas públicas na perspectiva do esporte brasileiro. Desde então, não foram muitos os estudos que se destacaram por realizar levantamentos e análises sistemáticas semelhantes capazes de permitir o acompanhamento da realidade do esporte no país, em termos de qualidade e quantidade de oferta de oportunidades de práticas esportivas a populações de diferentes faixas etárias.

Em 2005, foi publicada uma obra de vasta amplitude intitulada: “Atlas do Esporte no Brasil”³, que apresentou os resultados de forma organizada a respeito do conhecimento sobre o esporte enquanto memória (eventos datados) e ocorrência geográfica (eventos localizados) com descrição final de fatos e números atualizados e relevantes do esporte no Brasil. (DaCosta, 2005).

No ano seguinte, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE lançou a publicação: “Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC”, composta por um levantamento geral de informações sobre todos os municípios brasileiros, realizado a partir de 1999 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2006a)⁴. Os elementos aferidos por esta obra que diziam respeito ao esporte no Brasil, já haviam sido anunciados no Documento Final da 1ª Conferência Nacional do Esporte de 2004 da seguinte maneira:

Um diagnóstico (ou censo) do esporte brasileiro está sendo elaborado pelo Ministério do Esporte, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com a participação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). É a primeira radiografia completa do esporte no Brasil desde 1971. Há 33 anos, portanto. E certamente mostrará que o nosso setor esportivo e de lazer é de enorme diversidade, com disparidades regionais, gigante em números, mas ainda pequeno no que diz respeito a políticas públicas (Brasil, 2004).

O conjunto da obra citada deu origem a alguns estudos suplementares sobre temas

³ Publicação de uma base temática de dados com mapeamento, organizada por capítulos e adendos, de livre acesso on-line, escrita por autores e editores de forma colaborativa e por adesão voluntária com foco em múltiplos conhecimentos relacionados ao esporte (DaCosta, 2005). Disponível em: <http://www.atlasesporte-brasil.org.br/home.php>

⁴ Esta publicação teve como principais objetivos levantar informações que contribuíssem para a conformação de uma base de dados institucionais em nível municipal; a construção do perfil dos municípios, notadamente de suas administrações públicas e elaboração de um quadro geral envolvendo diversos aspectos da gestão municipal (IBGE, 2006a).

específicos como o de Meio Ambiente e o de Gestão do Esporte. No Suplemento de Esporte, intitulado: “Pesquisa de Esporte 2003”, o IBGE averiguou em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, diversos temas e dados referentes à gestão estadual do esporte para o ano de 2003. Além de verificar nas notas técnicas os aspectos metodológicos relacionados à pesquisa e de disponibilizar um conjunto de tabelas, apresentou em sua análise de resultados um quadro geral da atividade do esporte no país. Tal levantamento traçou de forma abrangente, em dados estatísticos e com relevante número de variáveis um panorama geral sobre as atividades de esporte a cargo dos governos do Estado e sob a responsabilidade direta das prefeituras (IBGE, 2006b).⁵

De uma maneira mais ampliada as referências trazidas até aqui podem ser consideradas significativas para a área esportiva, embora o demonstrado mantenha o pressuposto de que há uma constante limitação quanto aos estudos sobre políticas públicas do esporte e lazer⁶ no Brasil em termos conceituais, de abrangência, atualidade e profundidade das informações, como nas suposições apresentadas por Suassuna et al. (2007, pp.13-14):

[...] pode-se dizer que existe uma lacuna relacionada aos estudos de políticas públicas voltados para o setor de esporte e lazer [...]. Tal carência, se é que se pode assim chamar, refere-se ao grau de importância que as temáticas têm em relação à definição de políticas públicas na esfera federal. Isto porque parece claro para o governo (e também para os pesquisadores) que o estabelecimento de políticas para setores como trabalho e saúde são mais urgentes do que para o esporte e ou lazer. Ao desconsiderar a necessidade de definir políticas para o esporte e o lazer, o Estado brasileiro acaba por adotar um planejamento setorial, que pode resultar – e isto é um pressuposto – em um conjunto de experiências não profícuas, tendo em vista o caráter de parcialidade assumido pela política.

Em composição aos apontamentos anteriores, Mascarenhas e Silva (2012) enumeram e descrevem outras dificuldades encontradas ao tratarem do conjunto de necessidades e possibilidades para a ampliação da estrutura e fomento à produção científica e tecnológica voltada ao Esporte e Lazer, qual seja a de considerar o impacto para o Brasil em sediar grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, os quais terão pela frente ainda mais confrontos, principalmente em termos de políticas públicas do esporte, como dito:

⁵ O volume publicado preocupou-se em atingir os objetivos de contribuir para a construção de um sistema de informações sobre a atividade de esporte no país, para subsidiar a elaboração de um perfil dos Estados brasileiros no que diz respeito a aspectos da gestão e atividades do esporte na esfera estadual e também para o planejamento, definição e implementação de políticas públicas capazes de atender de forma mais abrangente a coletividade na área do esporte (IBGE, 2006b).

⁶ Os fenômenos: esporte e lazer são entendidos aqui como objetos distintos, embora recebam, na maioria das vezes, tanto por parte do Estado, quanto na produção científica da área um tratamento simultâneo e equivalente. Para efeitos de nomenclatura e objetividade, optou-se por trabalhar apenas com o foco no esporte e o título de políticas públicas de esporte, salvo quando a citação estiver se referindo a ambos os objetos.

Um dos grandes desafios que se colocam para as políticas públicas do setor passa, portanto, pela afirmação do Esporte e Lazer como direito social e questão de Estado, priorizando ações e programas voltados ao esporte educacional e participativo como condição para assegurar um preceito constitucional. Em outros termos, mais do que investimentos em infraestrutura e apoio à organização esportiva verticalizada pelo alto, a partir dos comitês olímpicos e paraolímpicos, das confederações, das federações, das ligas esportivas e dos grandes clubes, como é o que historicamente tem sido prioritário no país, necessitamos ampliar e qualificar os programas sociais de Esporte e Lazer, isto é, ampliar e qualificar a cidadania esportiva⁷, apoiados nos princípios de inclusão social e desenvolvimento humano (Mascarenhas & Silva, 2012, s/p).

Da mesma forma que os estudos sobre o esporte e o campo esportivo nas suas mais diversas vertentes parecem transcender em contínuo crescimento no país, há referências importantes como as da citação anterior que partem do pressuposto de que mesmo aliada a essa expansão, a trajetória da produção acadêmica sobre políticas públicas de esporte no Brasil nas últimas décadas admite certa inconstância e algumas dificuldades para manter a unanimidade temática para a área.

Há mais considerações nesta linha, quando são citados os resultados aparentes de algumas pesquisas que trazem posições contundentes e contraditórias quanto à qualificação das discussões na área. E o que para alguns teóricos parece ser uma indicação clara de deficiência na expansão apontada anteriormente; na análise de outros autores⁸ assume o indicativo de que há certo crescimento e ampliação do setor em atenção às novas oportunidades e ao processo de maturidade, como os comentários que se seguem sobre a produção acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil:

Um dos temas mais em voga atualmente no campo científico/acadêmico da Educação Física talvez seja o das políticas públicas de esporte e lazer. Isso porque completou-se um ciclo político de oito anos de existência do Ministério do Esporte, e nesse período foram várias as ações desse órgão que motivaram o olhar dos pesquisadores, seja através da criação de uma Rede que apoia diretamente esse lócus de pesquisa (Rede Cedes), pela implementação de políticas públicas ditas inovadoras, pela possibilidade dada de participação dos diferentes grupos sociais na formulação dessas políticas, ou ainda por ter “abraçado a causa” da realização de megaeventos esportivos no país (Starepravo, Souza, & Marchi Júnior, 2011, p.233).

Neste sentido, Godoy (2013) destaca o percurso da produção brasileira sobre a temática das políticas públicas de esporte, que cuidadosamente foi trazida pela autora por meio de alguns estudos indicativos, que colaboram para o entendimento do campo científico/acadêmico desta área. Dentre algumas das publicações consultadas, conta-se com a dos pesquisadores Linhales e Pereira Filho (1999). Sua pesquisa manteve como foco a

⁷ O que os autores estão denominando de cidadania esportiva traduz a qualidade de uma sociedade cujo acesso ao esporte tem seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como universalização, planificação, participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia. O direito ao esporte, ao mesmo tempo em que pressupõe o acesso ao esporte, deve expressar também a possibilidade de sua apropriação crítica e criativa. Abordado em suas dimensões ética, política e estética, o esporte pode se constituir uma prática educativa das mais privilegiadas para fruição e exercício dos sentidos e das emoções, favorável à criação, ao engajamento corporal, ao prazer do movimento, ao exercício da confiança, ao desafio do pensamento, ao desenvolvimento da autoestima, enfim, à satisfação de acesso e apropriação da cultura (Mascarenhas & Silva, 2012).

⁸ Podemos citar como exemplo as considerações de Amaral e Pereira (2009), Húngaro et al. (2009), Rosa (2011) e Starepravo, Nunes e Marchi Júnior (2009).

trajetória da produção desta área para identificar quais foram as principais perspectivas de análise em políticas de esporte e lazer reveladas pelos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalhos Temáticos (GTTs)⁹ de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)¹⁰, entre 1986 e 1999. Já, Amaral e Pereira (2009) mapearam e analisaram as pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer publicadas entre os anos de 1990 e 2000, e para isso, utilizaram como referência as Revistas Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), Motrivivência e também o material publicado pelo GTTs de políticas públicas no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE). Outro destes estudos de referência foi apresentado por Húngaro et al. (2009), que elegeu as comunicações científicas apresentadas no GTTs de políticas públicas nos congressos do CBCE, para mapear a produção da referida área no período entre 1997 e 2009. E, por último, o estudo mais recente foi a tese de doutorado de Starepravo (2011), com o título: “Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico”. Sua pesquisa descreveu e analisou a constituição do subcampo científico/acadêmico referente à produção acerca das políticas públicas de esporte e lazer, seus agentes, estruturas, produções e orientações; privilegiando desta forma, a análise da “produção materializada do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, no período de 2005 a 2009” (Starepravo, 2011, p.26).

A revisão de literatura dos trabalhos de Linhales e Pereira Filho (1999), Amaral e Pereira (2009), Húngaro et al. (2009) e Starepravo (2011) e os resultados reunidos por estes estudos, consideradas as suas especificidades, trouxeram contribuições significativas para o delineamento de um panorama e entendimento de como a produção na área das políticas públicas de esporte no Brasil foi se constituindo nestas últimas décadas.

Os resultados obtidos pelo levantamento feito a partir do campo científico acadêmico da Educação Física para mapear a produção científica sobre políticas públicas do esporte no Brasil foram ordenados e identificaram a existência de um crescimento que demonstrou ser lento, irregular e inconstante. O espaço assumido por esta temática no conjunto geral dos

⁹ Os Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) do CBCE são as instâncias organizativas responsáveis por ser: polos aglutinadores de pesquisadores com interesses comuns em temas específicos; polos de reflexão, produção e difusão de conhecimento acerca do referido tema; polos sistematizadores do processo de produção de conhecimento com vistas à parametrização das ações políticas das instâncias executivas do CBCE. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/gtt/>>.

¹⁰ O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) foi criado em 1978, é uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte. Organizado em Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos, liderados por uma Direção Nacional, possui representações em vários órgãos governamentais, é ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e está presente nas principais discussões relacionadas à área de conhecimento.

estudos apresentados foi pouco significativa, no entanto a qualidade de alguns artigos selecionados superou a deficiente quantidade de publicações acerca do assunto.

Conforme apontado previamente, no que se refere aos estudos com foco no sistema nacional de esporte, percebe-se um número quase inexistente, insuficiente para o delineamento de um campo específico de estudos na área, e apenas um dos artigos investigados atendeu aos critérios de seleção temática.

Ainda que as demais publicações a respeito do tema das políticas públicas de esporte – selecionadas para este estudo tenham somado uma maior quantidade quando comparadas àquelas sobre o sistema nacional, conduz a concordar com a afirmação de:

[...] que as publicações sobre políticas públicas de esporte e lazer são incipientes, e por vezes utilizam-se do termo políticas públicas sem estudá-las, como se qualquer questão referente ao esporte e lazer influenciasse diretamente a ação pública, e por isso pudesse ser rotuladas como pesquisas na área (Starepravo, 2011, p.157).

Como se vê, os dados aqui reunidos, assim como os resultados alcançados pelos estudos já citados, orientados a investigar o que se produziu no Brasil com esta temática admitem a existência de fragilidades, as quais precisam ser enfrentadas como desafios na tentativa de reversão do quadro de deficiência de autores que venham a contribuir para ampliar o leque da referida produção. Tal como descrito pelos estudos de Celina Souza (2003) sobre a qualidade da produção acadêmica na área das políticas públicas, os resultados obtidos podem ser aproveitados para refletir sobre as pesquisas em políticas públicas de esporte, uma vez que também são indicativas de um escasso acúmulo de conhecimento na área. Porém, a mesma autora reage indicando formas para superar tal condição, ao reconhecer que “se por um lado, existe pouca acumulação do conhecimento e escasso diálogo entre trabalhos e pesquisadores da área, por outro, temos hoje muito mais meios e instrumentos para superar tal limitação” (Souza, 2003, p.16).

Apesar das conclusões generalistas apresentadas pelo material selecionado, o conjunto de pesquisas aqui demonstrado colaborou como subsídio indicativo para o entendimento mais aproximado de como está composto o campo científico das políticas públicas de esporte no Brasil, além de ter fornecido indicações fundamentais para a etapa adiante que pretende delinear o subcampo focal do sistema nacional de esporte.

Mais recentemente, Starepravo e Piggin (2021) buscaram refletir sobre as proximidades entre os sistemas esportivos brasileiro e britânico, cujas principais diferenças estão na existência de entidades privadas (*UK Sports* e *Sports England*), voltadas especificamente ao alto rendimento. Junto a este estudo, podemos mencionar os estudos vinculado ao SPLISS – *Sports*

Policy factors Leading to International Sporting Success (Mazzei, Meira, Bastos, Böhme & De Bosscher, 2015). E, ainda, estudos que se debruçam a pensar especificamente o papel dos municípios, do ponto de vista econômico, nesse grande sistema esportivo, como Carneiro, Athayde & Mascarenhas (2021)¹¹.

Com base nesse cenário, o presente ensaio busca refletir, sob a perspectiva de uma discussão teórica, acerca da possibilidade de comparação entre sistemas esportivos de diferentes países, com base no livro “Sport Policy Systems and Sport Federations: a cross-national perspective” (Scheerder, Willem, & Claes, 2017). Esta se apresenta como uma leitura de referência para tanto, no sentido de que contribui a pensar quais elementos e características devem ser considerados, para efetivamente se estabelecer um comparativo entre diferentes nações.

O texto de abertura, escrito pelos editores – “Does it take two to tango? The position and power of national sport bodies compared to their public authorities” –, tem início falando da autonomia dos clubes e federações, desde o início do esporte moderno, apontando para uma realidade ocidental (e europeia). Diante desta perspectiva autônoma das entidades, os autores mostram uma reviravolta após a Segunda Guerra Mundial, com a chegada do *Welfare State* nessas sociedades ocidentais. Seria nesse momento em que o governo – especialmente a nível nacional – passa a ter papel ativo na organização do esporte, prezando pelo desenvolvimento do “Esporte para Todos” ou pela concretização da identidade nacional, por meio do esporte de elite. Tal envolvimento Estatal é denominado pelos autores, com base nos estudos de Houlihan, Bergsgard, Mangset, Nodland e Rommetvedt, como um processo de *governalização do esporte*, “[...] indicating the active role (national) governments play in sports in general, and in relation to voluntary associations in particular” (Scheerder, Claes, & Willem, 2017, p. 2).

Dessa forma, é interessante refletir sobre os motivos que levam o governo a investir no esporte, ainda que exista a autonomia das instituições esportivas. Este parece ser o ponto essencial de tensão do livro: autonomia (entidade privada/não-governamental) *versus* o investimento público. Daí o enfoque da discussão proposta ser a relação entre as (con)federações¹² esportivas e as entidades governamentais, a partir do caso de 13 países europeus. A escolha destes se deu com base na realização de estudos prévios, que culminaram

¹¹ Além deste, podemos citar: Santos, Starepravo & Canan (2018); Silva, Couto & Santos (2014); Santos, Canan & Starepravo (2018); e Santos et al. (2019a; 2019b). A maioria desses estudos busca identificar as variáveis que influenciam na adesão dos municípios ao financiamento orçamentário para o esporte. Ou seja, ainda que tal temática seja tangível, não se tratam de estudos que se debruçam sobre o sistema esportivo de maneira mais ampla, envolvendo os três níveis (município, estado, união).

¹² Ao longo do texto, é recorrente o uso do termo “(con)federations”, como um indicativo de que se está pensando ambas as instituições e suas respectivas relações com o governo, todavia, poupando a repetição – que seria exaustiva – de mencionar federação e confederação.

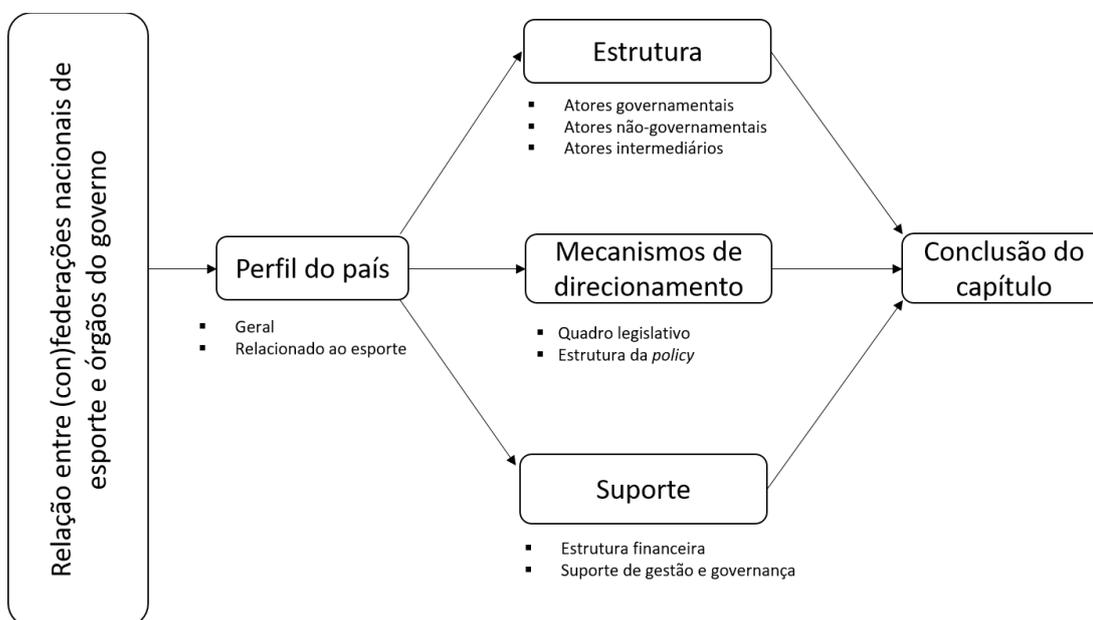


no delineamento com base nos sistemas de *welfare*, a fim de legitimar a seleção de países europeus, pautando-se no modelo de Esping-Andersen (1990)¹³.

No sentido de possibilitar a comparação entre os 13 países, cada capítulo abordou cinco questões-chave referentes a cada país, que buscaram, ainda, clarear insights acerca da relação entre as (con)federações e os órgãos do governo. Tais itens são tratados pelos autores como o quadro comparativo para cada capítulo, quais sejam: perfil do país; estrutura do esporte organizado, baseando-se na teoria de Hallmann e Petry (2013); gestão das (con)federações por parte dos órgãos governamentais (com base na legislação e política); o apoio às federações esportivas, por meio do financiamento ou gestão e governança; e a comparação com outros países, vizinhos ou com semelhanças que permitam o paralelo.

Figura 1.

Quadro Comparativo dos Sistemas Nacionais de Esporte



Fonte: Scheerder, Claes & Willem, 2017, p. 3.

Ou seja, “In summary, the data in each country chapter give some insight into the organisation of sports in the respective countries and their policy towards sport (con)federations. Analyses are carried out with regard to a number of policy aspects: steering,

¹³ Tal modelo caracteriza os diversos modelos de *welfare state*, legitimando a seleção de países realizada pelos organizadores do livro em questão. Segundo o modelo de Esping-Andersen, de 1990, suplementado por outros pesquisadores posteriormente, pode-se falar na seguinte divisão: social democrática, conservadora-corporativista, liberal, rudimentar e pós-comunista. Embora o Brasil não tenha passado por um regime comunista, percebe-se grande semelhança – sobretudo em se tratando da intervenção do Estado – entre o país sul-americano e aqueles do leste europeu.

supporting and implementing” (Scheerder, Claes, & Willem, 2017, p.4). Dessa forma, percebe-se a questão da gestão, do suporte (financeiro) e da implementação de programas como pontos de destaque para compreender a relação entre governo e entidades esportivas, sobretudo quais as políticas desenvolvidas por aquele.

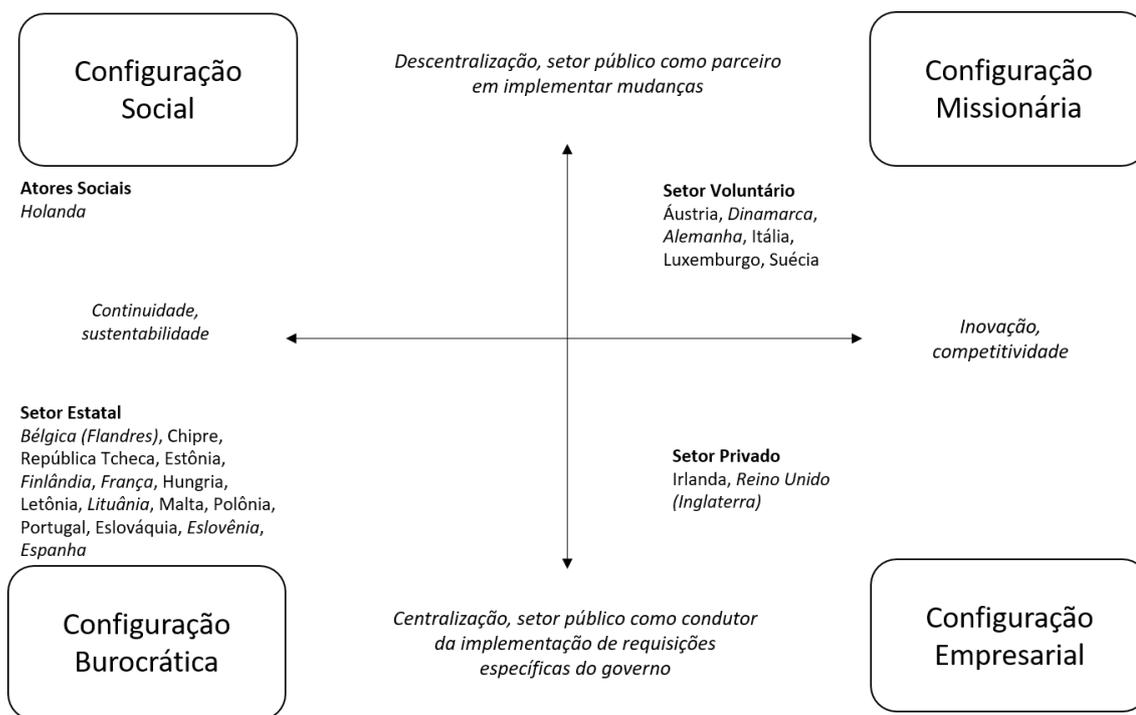
Antes mesmo de se começar a tratar das especificidades de cada sistema esportivo, os organizadores do livro, antecipam já na introdução da obra, as diferenças entre os países, com base em três explicações. Primeiramente, devido a questões sociais e culturais, que definirão a importância dos esportes de base e de elite e, conseqüentemente, a relação entre instituições privadas e públicas no que se refere à organização do esporte, em um sentido geral. Por exemplo, em países escandinavos, há uma tendência para que esportes de base sejam prioritários, ao passo que em países anglo-saxões, o esporte de elite assume a prioridade, refletindo uma lógica social, mais pautada na competitividade e meritocracia.

Em segundo lugar, é destacado o modo com que o esporte é organizado, bem como a divisão de responsabilidades entre as organizações esportivas. Pode-se basear no modelo elaborado por Camy et al. (2004) e revisitado por Henry (2009), a fim de pensar a estrutura organizacional do esporte em países europeus. No sentido de ilustrar tal modelo, toma-se por base a figura abaixo:



Figura 2.

Tipos de Sistemas Nacionais de Esporte



Fonte: Scheerder, Claes, & Willem, 2017, p. 6, com base em Camy et al. (2004) e Henry (2009, p. 44).¹⁴

Como exposto de forma mais sistematizada na Figura 2, o modelo de estrutura organizacional do esporte europeu foi pensado de acordo com quatro parâmetros, quais sejam, 1) o papel das autoridades públicas, a partir do ministério responsável pelo esporte; 2) o nível de coordenação e envolvimento dos agentes que compõem o sistema; 3) os papéis dos setores público, privado e voluntário, em termos de provisão; e 4) a adaptabilidade do sistema face a mudanças de demanda. Assim, para pensar o sistema esportivo, é preciso considerar, para além do governo e (con)federações, a sociedade civil e o próprio mercado que regula as ações esportivas.

Com base nesses diferentes personagens e parâmetros, os autores destacam quatro configurações, que correspondem ao nível de envolvimento de cada agente, localizando os países, segundo suas respectivas peculiaridades. Tem-se, portanto, as Configurações Burocrática, Empresarial, Missionária e Social. Estas são caracterizadas por sofrerem maior intervenção, respectivamente, do Estado, do mercado (empresas), do setor voluntário (que no

¹⁴ Os países que constam em itálico se apresentam desta forma, pois foram contemplados no livro que subsidia a presente reflexão (Scheerder, J., Willem, A., & Claes, E. (Ed.). (2017). *Sport Policy Systems and Sport Federations: a cross-national perspective*. London, UK: Palgrave Macmillan).



Brasil se aproximaria do Terceiro Setor) e da cooperação entre todos os agentes envolvidos, incluindo a sociedade civil. Tal sistematização é importante no sentido de identificar as semelhanças entre os países, a fim de comparar seus sistemas esportivos, sobretudo no que se refere ao papel desempenhado pelo governo, em relação aos esportes.

Ainda no que se refere às formas de organização do esporte, os autores retomam o modelo de Houlihan, de 1997, que se baseia nos padrões de responsabilidade governamental. Primeiramente, há o destaque aos países que possuem um ministério, a nível nacional, que detém centralidade na definição e implementação das polícias esportivas. Já como uma segunda categoria, poder-se-ia pensar em uma administração pública fragmentada entre municípios, regiões ou mesmo comunidades, sem a figura central de um ministério. Em outros países, por sua vez, a responsabilidade pelo esporte estaria com as organizações governamentais quase autônomas – o que o autor chama de “*quango*”. Estas são “quase autônomas”, tendo em vista que recebem financiamento do governo, devendo, portanto, prestar contas. Por fim, há o destaque para os países que dispõem de pouca ou nenhuma responsabilidade governamental, no desenvolvimento de políticas esportivas.

Em comparação à Figura 2, acima exposta, tem-se o seguinte:

Figura 1.

Comparação Entre as Tipologias de Henry (2009) e Houlihan (1997)

		Henry (2009)			
		Burocrática	Empresarial	Missionária	Social
Houlihan (1997)	Maior papel do governo central	França Lituânia	Irlanda		
	Administração fragmentada da política pública	Bélgica Eslovênia	Austrália Canadá	Suíça	
	<i>Quango</i>	Espanha	Reino Unido (Inglaterra)		
	Responsabilidade compartilhada	Finlândia		Dinamarca Alemanha Suécia	Holanda
	Envolvimento mínimo ou não envolvimento do governo				

Fonte: Scheerder, Claes, & Willem, 2017, p.9.

No sentido de compreender o sistema esportivo desenvolvido em cada país, tanto Houlihan quanto Henry destacam, a partir de suas respectivas tipologias, a relevância de

identificar quais instituições/ agentes são centrais na tomada de decisão relacionada ao esporte. Tal centralidade é o que define, em essência, a relação entre (con)federações e Estado. Esta parece ser uma das grandes contribuições da produção em pauta, haja vista que as (con)federações assumem um papel de relevância na constituição dos sistemas esportivos, embora não se trate tanto delas nas produções acadêmicas.

Além do contexto sociocultural e da estrutura organizacional esportiva, o terceiro elemento apontado por Scheerder, Claes e Willem (2017), como possível explicação para diferenças entre os países, é a dependência histórica, considerando que escolhas políticas anteriores podem influenciar, e mesmo restringir, ações futuras. Este seria um outro motivo pelo qual, inclusive, seria impossível copiar pura e simplesmente uma política esportiva de um país a outro.

Diante de tais dessemelhanças, os autores (Scheerder, Claes, & Willem, 2017) apontam para dois padrões relacionais, no que concerne especificamente às federações e o Estado: uma relação direta entre governo e federação ou uma relação mediada pela confederação. Nesta, pode-se pressupor um papel relevante da confederação, com alto potencial poder em termos de envolvimento e gerenciamento do esporte; ao passo que, na primeira, a confederação possivelmente não exista ou apenas não atue como intermediária.

Do ponto de vista teórico, os autores trazem dois modelos que refletem a relação governo / (con)federações. A perspectiva de mandante/mandatário (*principal-agent*) está pautada na vinculação entre duas (ou mais) partes, em que uma delas representa a outra. Sendo inspirado pela teoria da escolha racional, tal modelo reflete um elo desigual, em que o agente que representa o outro poderá atuar segundo seus próprios e particulares interesses. Já a segunda teoria apontada pelos autores remete à co-governança (*co-governance*), a qual implica uma relação direta entre governo e (con)federações – com alto grau de envolvimento desta – na tomada de decisão e implementação das políticas públicas de esporte. Ou seja,

It is hypothesised that in countries with an interventionist sport legislation, such as Belgium, France, Slovenia, and Spain, national sport (con)federations are in a principal-agent relationship with the government, whereas in countries with a non-interventionist, such as Denmark, Finland, Germany, Lithuania, The Netherlands, Switzerland and the UK, sport (con)federations are more in a co-governance relationship with their government (Scheerder, Claes, & Willem, 2017, p.13).

Ambas as possibilidades teóricas lançadas pelos autores remontam ao nível de intervenção do Estado na formulação e implementação das políticas esportivas, coadunando-se ao modelo exposto nas Figuras 2 e 3. Tanto o modelo de Henry (2009) quanto o de Houlihan

(1997) evidenciam que o ponto de envolvimento Estatal é crucial para a definição e compreensão da relação governo / (con)federações.

Por sua vez, a amplitude de tal intervencionismo está demarcada pelo sistema de bem-estar de cada país, sendo identificados: o social-democrático (países escandinavos, como Dinamarca e Finlândia); o conservador-corporativista (Bélgica, Alemanha, França, Holanda e Suíça); o liberal (países anglo-saxões, como a Inglaterra); o rudimentar (representado pela Espanha); o pós-comunista (países do leste europeu, como Lituânia e Eslovênia); e o modelo selecionado pelos autores como o de países industriais (Austrália e Canadá). Dessa forma, fechando os 13 países contemplados no livro em questão.

Quanto à literatura brasileira, entre os poucos textos que se têm produzidos sobre o assunto, as comparações de que se dispõe são consideravelmente genéricas, sem seguir, a princípio, um método ou linha mais rigorosos para elencar as (des)semelhanças. A respeito do assunto, pode-se destacar os textos de Ferreira (2007); e de Meira, Bastos e Böhme (2012).

Ferreira (2007) busca estabelecer um comparativo entre de seis países desenvolvidos (Alemanha, Austrália, China, Estados Unidos, França e Rússia) e quatro países ibero-americanos então em desenvolvimento (Brasil, Cuba, Espanha e Portugal). O critério, segundo o autor, para a escolha dos países se deu com base nos seis primeiros colocados no quadro de medalhas das Olimpíadas de Sidney e Atenas (2000 e 2004).

O pesquisador destaca que os sistemas esportivos de sucesso em Olimpíadas trazem como preocupação nacional o esporte de alto rendimento:

Podemos relacionar cinco elementos fundamentais presentes nos sistemas esportivos nacionais. São eles: (1) a organização esportiva e a participação do estado, (2) a participação da ciência do esporte, (3) a participação do sistema educacional, (4) o sistema de apoios públicos e privados, e (5) as infra-estruturas e recursos materiais disponíveis (Ferreira, 2007, p. 2).

Todavia, tomando por base as características de cada país, em diferentes aspectos (Scheerder, Claes, & Willem, 2017), a comparação entre sistemas esportivos torna-se mais complexa, dado o contexto de cada nação.

Com base nos estudos de De Bosscher e do SPLISS, Meira, Bastos e Böhme (2012) apontam para três níveis de análise, sendo eles macro, meso e micro, referindo-se respectivamente aos aspectos gerais do país, à política esportiva do país e à especificidade do treinamento físico. Tais aspectos se referem à análise do sucesso esportivo, que tangencia a questão dos sistemas esportivos. Pretende-se compreender as diferentes formas de comparação entre as sistematizações em diferentes países; e mais: quais parâmetros são possíveis para

pensar o caso brasileiro com referência aos demais países. Dadas as diferenças tão grandes – como espaço geográfico, população, política e história – entre aquele e estes. Quais aspectos podem ser comparados e, quiçá, equiparados? Qual embasamento metodológico poderia nos permitir esse tipo de comparação? É este o sentido da reflexão que se propõe aqui.

Basicamente, as pesquisadoras apontam para o COB (Comitê Olímpico Brasileiro) e Ministério do Esporte (que hoje é a Secretaria Especial do Esporte, que manteve a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento), que, juntamente ao Conselho Nacional de Esporte, formam o Sistema Nacional de Esporte, que se dedica às políticas de alto rendimento.

As autoras apontam para a tão falada sobreposição de ações, tendo em vista as duas maiores instituições de alto rendimento no Brasil (o então Ministério do Esporte e COB): “No Brasil pode ocorrer sobreposição de tarefas e conflito de interesses entre as duas organizações responsáveis pelo esporte de alto rendimento, pois as mesmas possuem programas e projetos isolados que são realizados paralelamente, sem interação entre os mesmos (Meira, Bastos, & Böhme, 2012, p. 259)”. Embora existam ações desenvolvidas para o esporte de alto rendimento, novamente, os indicadores apontam para a falta de ações sistematizadas. Apesar de tal diagnóstico se efetivar especificamente quanto à dimensão do rendimento esportivo, é possível hipotetizar que tal situação seja semelhante também quanto às demais manifestações esportivas (com base na Lei Pelé: dimensões educacional e de participação). Tal como se pode perceber na tese de Leticia Godoy (2013), o sistema esportivo brasileiro é, hoje, definido por meio da legislação como uma estrutura, que contempla os órgãos governamentais e não governamentais que atuam junto ao esporte, bem como as dimensões esportivas. O que não fica claro, por meio legal, seria qual a função de cada nível governamental e, por consequência, cada órgão que desenvolve o esporte, em seu sentido mais amplo. Sendo assim, infere-se que o sistema esportivo brasileiro não se constitui enquanto uma rede de ações coordenadas e sistematizadas; mas como um delimitador estrutural, que define o que se poderia chamar de “organograma institucional esportivo”.

Como apontado por Meira, Bastos e Böhme (2012), com base na própria Lei Pelé, os municípios e estados brasileiros detêm autonomia para desenvolver os projetos e ações de cunho esportivo; o que evidencia certa limitação da comunicação entre os órgãos, acerca de suas respectivas ações.

O problema do texto pautado no SPLISS é que, embora haja uma série de indicadores, relacionados aos fatores críticos de sucesso e aos respectivos pilares, são tecidas linhas comparativas – ainda que tênues – com países como Holanda, Noruega, Canadá e o bloco do

Reino Unido. Apesar de haver indicadores universalizados, não se pode negligenciar que as características gerais dos países mencionados são muito mais distintas do que semelhantes, para que se utilize como comparativo (ou mesmo um paralelo) ao caso brasileiro. E é sobre esse tipo de cuidado, evidenciado na coletânea de alguns sistemas europeus (Scheerder, Claes, & Willem, 2017), que o presente ensaio busca refletir. De que forma, metodologicamente falando, é possível estabelecer paralelos, comparações ou mesmo pensar um modelo de sucesso a ser viável, ainda que com adaptações, ao caso brasileiro?

Do ponto de vista da pesquisa do desenvolvimento esportivo, são cinco os temas categorizados por Shilbury, Sotiriadou e Green (2008): *policy*, desenvolvimento por meio do esporte, desenvolvimento do esporte, padrões futuros de promoção ao esporte e marketing (pensando a relação entre esporte profissional e de participação).

No caso das temáticas sobre *policy*, os autores apontam para três frequentes: a formação da política, pensando um tensionamento entre esporte de elite e a prática massificada, bem como a comparação entre sistemas esportivos internacionais; o pensamento sobre a influência da ideologia política nas ações esportivas; e a reflexão sobre como as políticas esportivas podem auxiliar no sucesso esportivo dos países. Quanto ao este último, citam o trabalho de De Bosscher e colaboradores, que buscam, por meio de uma metodologia de análise de resultados, explicar como as políticas (em especial as públicas) contribuem para o sucesso do esporte de alto nível. Isso indica, mais uma vez, a relevância acadêmica do SPLISS – algo que já fica evidente ao considerar a literatura analisada. Junto a isso – e de certa forma dialogando com o livro base deste ensaio –, os autores apontam para a influência político-ideológica nas ações esportivas de cada país. Isso justificaria o motivo pelo qual alguns países investem e destacam mais o esporte de alto nível do que o de participação, por exemplo – como os casos, respectivamente, da Austrália e da Finlândia.

No que se refere tanto ao desenvolvimento *por meio do* esporte quanto ao desenvolvimento *do* esporte, é importante destacar que, em ambos os casos, há uma busca pelo incentivo à prática física. Todavia, em se tratando do primeiro caso, a ênfase estaria na contribuição para o bem-estar da comunidade, utilizando como meio o esporte; ao passo que, ao se referir ao desenvolvimento do esporte, estar-se-ia falando de atrair participantes que possam vir a ser atletas, pensando no futuro das diferentes modalidades em termos de alto rendimento – o que culmina com o sucesso do esporte de elite, bem como o próprio consumo deste esporte, propiciando o desenvolvimento do próprio campo esportivo.

Tomando por referência tais produções, ainda que escassas, bem como o livro utilizado como base metodológica (Scheerder, Claes, & Willem, 2017) para propor comparações entre o sistema esportivo brasileiro e de outros países, percebe-se como problemática a seleção aleatória ou com base puramente no sucesso esportivo. Tal como apontam Scheerder, Claes, Willem (2017), é necessário estabelecer uma linha comparativa a partir de características específicas. No caso do Brasil, parece bastante frutífera a reflexão baseada na intervenção do Estado no desenvolvimento esportivo. Partindo desta característica específica, nota-se relativa proximidade entre o caso brasileiro e os países pós-comunistas (majoritariamente do leste europeu). Dada a dificuldade em comparar o Brasil, por sua extensão territorial, bem como pela numerosa população e formação política, utilizar-se do papel do Estado como fio condutor de uma análise comparativa surge como uma alternativa, para se aprofundar em reflexões que possam contribuir para o desenvolvimento efetivo das ações sistemáticas, relativas ao esporte brasileiro, em seu sentido mais amplo.

De acordo com o estado da arte acerca dos Sistemas Esportivos Nacionais, junto às referências internacionais, é possível perceber que a literatura mais recente tem apontado para uma comparação entre os diferentes países, tendo como recorte, sobretudo, o caso dos países europeus, somados a países não-europeus bem-sucedidos em Olimpíadas. Tomando por base essa predominância empírica, que se converte em discussão também teórica, pode-se elencar algumas questões norteadoras, para pensar o sistema esportivo no Brasil, quais sejam:

1. Quais as fontes de financiamento público e privado e onde são aplicados?
2. Quem é responsável pelo primeiro contato com o esporte e atividade física?
3. Quem cuida do esporte escolar/estudantil/universitário?
4. Quem cuida do esporte para todos?
5. Quem cuida do esporte de alto rendimento?
6. Qual o papel do Estado e dos entes Subnacionais? No Brasil, União, Estados e Municípios?
7. Quais as estruturas/organizações dos sistemas?

Nesse sentido, refletindo sobre o caso brasileiro, pode-se pensar que o financiamento direto do governo federal, por meio da Secretaria Especial do Esporte: alto rendimento, esporte de formação, participação e educacional. Financiamento extraorçamentário: Lei de Incentivo ao Esporte (nos níveis federal, estadual e municipal, abrangendo todas as dimensões esportivas, mas com prioridade ao esporte de participação e educacional); Lei Agnelo-Piva (COB e CPB).

Ao refletir sobre quem é responsável pelo primeiro contato com o esporte e atividade física, tem-se as escolas, os clubes e os projetos sociais; tendo na CBDE (Confederação Brasileira de Desporto Escolar) e na CBDU (Confederação Brasileira do Desporto Universitário), os principais organizadores do esporte escolar e universitário.

No que se refere à dimensão do esporte para todos, diferentemente dos países europeus, no Brasil, não há esta dimensão. Poder-se-ia pensar no esporte de inclusão, gerenciado pela SNELIS (Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social). E a SNEAR (Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento) como a principal responsável pelo esporte de alto rendimento, juntamente ao COB (Comitê Olímpico do Brasil), CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro) e DDM (Departamento de Desporto Militar).

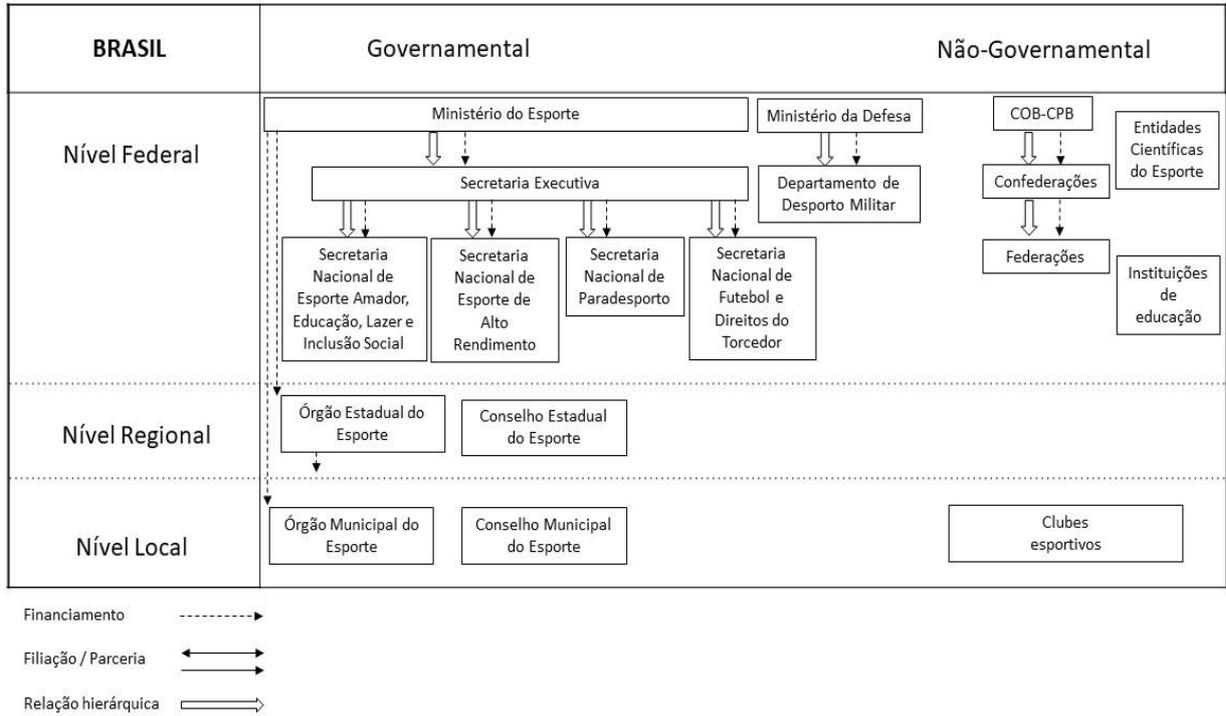
No caso brasileiro, é notória a centralidade do poder público tanto na organização, quanto no financiamento do esporte – seja por meio de financiamento orçamentário ou extraorçamentário. A este respeito, Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021) demonstram que o financiamento é o principal indicador de desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, e a maior parte do gasto com a Função Desporte e Lazer (FDL) no Brasil foi realizado pelos municípios, seguidos do Estado e da União. Por meio das Secretarias Nacionais, que se dedicam a cada uma das dimensões esportivas, a Secretaria Especial do Esporte é responsável central pelo financiamento do esporte brasileiro. Os municípios e estados também se dedicam às quatro dimensões esportivas, sendo as cidades as responsáveis pelos materiais esportivos e infraestrutura do esporte local – majoritariamente auxiliada financeiramente pelos governos federais e estaduais. Todavia, não há comunicação entre as instituições de diferentes níveis governamentais nem entre as entidades governamentais e não-governamentais. O que nos permite inferir que falamos mais de uma estrutura esportiva, do que propriamente ações sistematizadas e coordenadas entre entes governamentais, não-governamentais, bem como entre governos federal, estadual e municipal.

As estruturas do sistema poderiam ser pensadas da seguinte forma:



Figura 4.

Estruturas do Sistema Esportivo Brasileiro

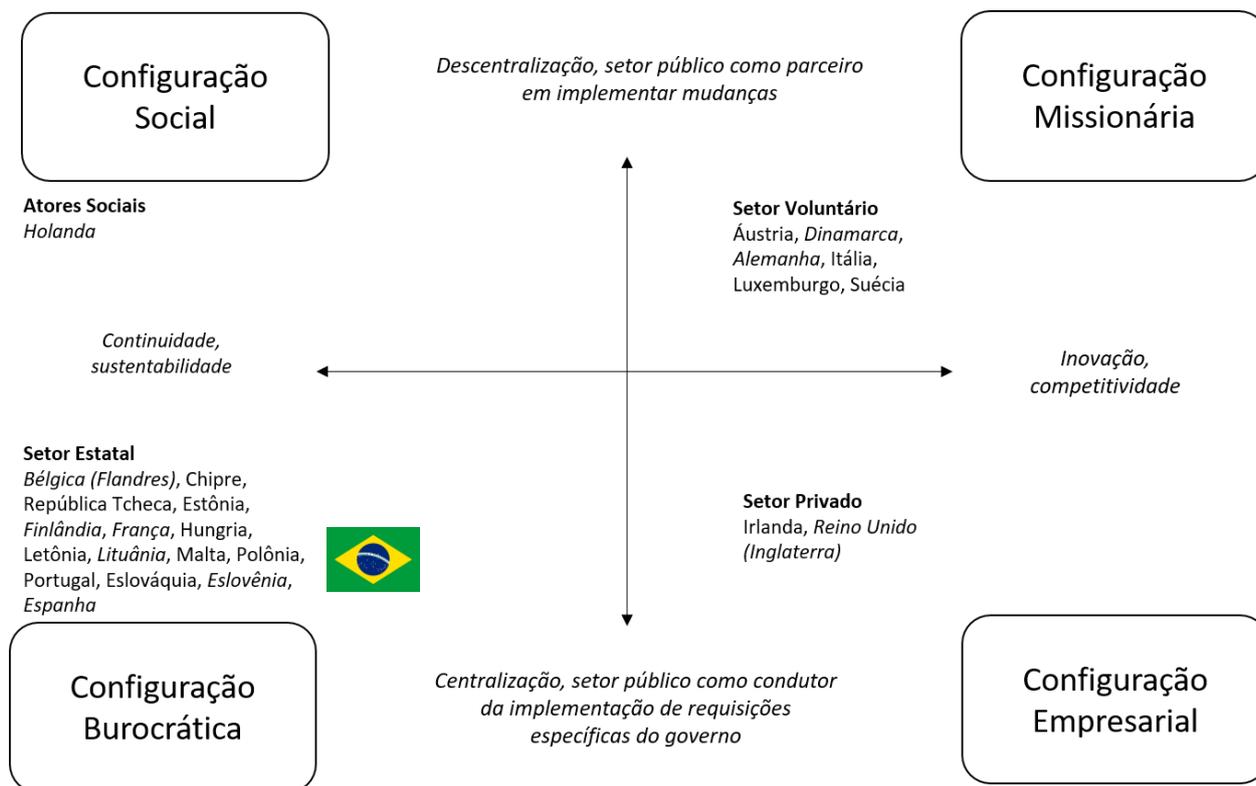


Fonte: Os autores.

Comparativamente, destaca-se o modo com que o esporte é organizado, bem como a divisão de responsabilidades entre as organizações esportivas, com base no modelo elaborado por Camy et al. (2004) e revisitado por Henry (2009), a fim de pensar a estrutura organizacional do esporte em países europeus. No sentido de ilustrar tal modelo, toma-se por base a figura abaixo:

Figura 5.

Tipos de Sistemas Nacionais de Esporte



Adaptação feita pelo Projeto Inteligência Esportiva.

Fonte: Scheerder, Claes, & Willem, 2017, p. 6, com base em Camy et al. (2004) e Henry (2009, p. 44).

Como exposto de forma mais sistematizada na figura acima, o modelo de estrutura organizacional do esporte europeu foi pensado de acordo com quatro parâmetros, quais sejam, 1) o papel das autoridades públicas, a partir do ministério responsável pelo esporte; 2) o nível de coordenação e envolvimento dos agentes que compõem o sistema; 3) os papéis dos setores público, privado e voluntário, em termos de provisão; e 4) a adaptabilidade do sistema face a mudanças de demanda. Assim, para pensar o sistema esportivo, é preciso considerar, para além do governo e (con)federações, a sociedade civil e o próprio mercado que regula as ações esportivas.

Com base nesses diferentes personagens e parâmetros, os autores destacam quatro configurações, que correspondem ao nível de envolvimento de cada agente, localizando os países, segundo suas respectivas peculiaridades. Tem-se, portanto, as Configurações Burocrática, Empresarial, Missionária e Social. Estas são caracterizadas por sofrerem maior intervenção, respectivamente, do Estado, do mercado (empresas), do setor voluntário (que no

Brasil se aproximaria do Terceiro Setor) e da cooperação entre todos os agentes envolvidos, incluindo a sociedade civil. Tal sistematização é importante no sentido de identificar as semelhanças entre os países, a fim de comparar seus sistemas esportivos, sobretudo no que se refere ao papel desempenhado pelo governo, em relação aos esportes.

Ainda no que se refere às formas de organização do esporte, os autores retomam o modelo de Houlihan, de 1997, que se baseia nos padrões de responsabilidade governamental. Primeiramente, há o destaque aos países que possuem um ministério, a nível nacional, que detém centralidade na definição e implementação das polícias esportivas. Já como uma segunda categoria, poder-se-ia pensar em uma administração pública fragmentada entre municípios, regiões ou mesmo comunidades, sem a figura central de um ministério. Em outros países, por sua vez, a responsabilidade pelo esporte estaria com as organizações governamentais quase autônomas – o que o autor chama de “quango”. Estas são “quase autônomas”, tendo em vista que recebem financiamento do governo, devendo, portanto, prestar contas. Por fim, há o destaque para os países que dispõem de pouca ou nenhuma responsabilidade governamental, no desenvolvimento de políticas esportivas.

Em comparação à figura acima exposta, tem-se o seguinte:

Figura 6.

Comparação Entre as Tipologias de Henry (2009) e Houlihan (1997)

		Henry (2009)			
		Burocrática	Empresarial	Missionária	Social
Houlihan (1997)	Maior papel do governo central	França Lituânia 	Irlanda		
	Administração fragmentada da política pública	Bélgica Eslovênia	Austrália Canadá	Suíça	
	<i>Quango</i>	Espanha	Reino Unido (Inglaterra)		
	Responsabilidade compartilhada	Finlândia		Dinamarca Alemanha Suécia	Holanda
	Envolvimento mínimo ou não envolvimento do governo				

Adaptação feita pelo Projeto Inteligência Esportiva.

Fonte: Scheerder, Claes, & Willem, 2017, p.9.

No sentido de compreender o sistema esportivo desenvolvido em cada país, tanto Houlihan quanto Henry destacam, a partir de suas respectivas tipologias, a relevância de identificar quais instituições/ agentes são centrais na tomada de decisão relacionada ao esporte. Tal centralidade é o que define, em essência, a relação entre (con)federações e Estado. Esta parece ser uma das grandes contribuições da produção em pauta, haja vista que as (con)federações assumem um papel de relevância na constituição dos sistemas esportivos, embora não se trate tanto delas nas produções acadêmicas.

Além do contexto sociocultural e da estrutura organizacional esportiva, o terceiro elemento apontado por Scheerder, Claes e Willem (2017), como possível explicação para diferenças entre os países, é a dependência histórica, considerando que escolhas políticas anteriores podem influenciar, e mesmo restringir, ações futuras. Este seria um outro motivo pelo qual, inclusive, seria impossível copiar pura e simplesmente uma política esportiva de um país a outro.

Diante de tais dessemelhanças, os autores (Scheerder, Claes, & Willem, 2017) apontam para dois padrões relacionais, no que concerne especificamente às federações e o Estado: uma relação direta entre governo e federação ou uma relação mediada pela confederação. Nesta, pode-se pressupor um papel relevante da confederação, com alto potencial poder em termos de envolvimento e gerenciamento do esporte; ao passo que, na primeira, a confederação possivelmente não exista ou apenas não atue como intermediária.

Do ponto de vista teórico, os autores trazem dois modelos que refletem a relação governo / (con)federações. A perspectiva de mandante/mandatário (principal-agente) está pautada na vinculação entre duas (ou mais) partes, em que uma delas representa a outra. Sendo inspirado pela teoria da escolha racional, tal modelo reflete um elo desigual, em que o agente que representa o outro poderá atuar segundo seus próprios e particulares interesses. Já a segunda teoria apontada pelos autores remete à co-governança (co-governance), a qual implica uma relação direta entre governo e (con)federações – com alto grau de envolvimento desta – na tomada de decisão e implementação das políticas públicas de esporte.

Ao propor comparações entre o sistema esportivo brasileiro e de outros países, percebe-se como problemática a seleção aleatória ou com base puramente no sucesso esportivo. Tal como apontam Scheerder, Claes, Willem (2017), é necessário estabelecer uma linha comparativa a partir de características específicas. No caso do Brasil, parece bastante frutífera a reflexão baseada na intervenção do Estado no desenvolvimento esportivo. Partindo desta característica específica, nota-se relativa proximidade entre o caso brasileiro e os países pós-

comunistas (majoritariamente do leste europeu). Dada a dificuldade em comparar o Brasil, por sua extensão territorial, bem como pela numerosa população e formação política, utilizar-se do papel do Estado como fio condutor de uma análise comparativa surge como uma alternativa, para se aprofundar em reflexões que possam contribuir para o desenvolvimento efetivo das ações sistemáticas, relativas ao esporte brasileiro, em seu sentido mais amplo.

Referências

- Amaral, S. C. F., & Pereira, A. P. C. (2009). Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 31(1), 41-57. Recuperado de: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/631>
- Brasil. I Conferência Nacional de Esporte. (2004). **Documento Final**. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte/deliberacoes_1_conferencia_esporte.pdf
- Carneiro, F. H. S., Athayde, P. F. A., Mascarenhas, F. (2021, jan./abr.). A participação dos entes federados no financiamento ao esporte e lazer no Brasil. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, 10(1), 163-186. <https://doi.org/10.5585/podium.v10i1.17786>
- Costa, L. P. da. (1971). *Diagnóstico de Educação Física e desportos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- DaCosta, L. P. The State versus free enterprise in sports policy: the case of Brazil. (1996). In L. Chalip, A. Johnson, & L. Stachura (Ed.). *National Sports Policies*. London: Greenwood Press.
- Ferreira, R. L. (2007). Políticas para o esporte de alto rendimento – estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE. Recuperado de <http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/279.pdf>
- Godoy, L. (2013). *O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil.
- Húngaro, E. M., Oliveira, B. A. de, Custódio, M. L., & Damasceno, L. G. (2009). Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In E. M. Húngaro & W. L. L. Sousa (Org.). *Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas*. Santo André: Alpharrabio, pp. 93-124.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais: perfil dos municípios brasileiros esporte*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Recuperado



de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=284066&view=detalhes>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Esporte 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9156-pesquisa-de-esporte.html>
- Linhares, M. A. & Pereira Filho, J. R. (1999) Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. In S. V. Goellner. *Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento*. Campinas: Autores Associados, pp. 87-106.
- Marchi Júnior, W. (2002). Sociologia do Esporte: uma nova possibilidade metodológica de pesquisa. In: *VIII Congresso Brasileiro de História de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança*, Ponta Grossa. Coletânea, 2002.
- Mascarenhas, F. & Silva, A. M. (2012). A academia vai ao Olimpo: por uma política de ciência, tecnologia e inovação em esporte e lazer. *EFDeportes.com Revista Digital*, 17(171), s/p. Recuperado de: <http://www.efdeportes.com/efd171/politica-de-ciencia-em-esporte-e-lazer.htm>
- Mazzei, L. C., de Barros Meira, T., da Cunha Bastos, F., Silveira Böhme, M. T. & De Bosscher, V. (2015). High performance sport in Brazil: Structure and policies comparison with the international context. *Gestión y Política Pública*. Volumen temático 2015, 83-111. Recuperado de http://www.gestionypoliticapublica.cide.edu/num_antiores/2015-EspecialDeporte/04_GyPP_Leandro_Mazzei.pdf
- Meira, T. de B., Bastos, F. da C., & Böhme, M, T. S. (2012). Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, 26(2), pp.251-62. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092012000200008>
- Rosa, R. L. (2011). *A política nacional do esporte e sua relação entre o global e o local*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Santos, E. S. dos, & Starepravo, F. A. (2018). Estrutura Político-Administrativa dos Governos Municipais do Piauí e Investimento no Esporte e no Lazer. *LICERE – Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 21(4), 166–183. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1935>
- Santos, E. S., Canan, F. & Starepravo, F. A. (2018). Investments in the sport and leisure function by municipalities in Bahia from 2002 to 2011. *Journal of Physical Education*, 29(e2944), 1-10. <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v29i1.2944>
- Santos, E. S. dos, Starepravo, F. A., & Canan, F. (2018). Evolução das despesas da função desporto e lazer (FDL) dos municípios do estado do Piauí de 2003 a 2011. *Motrivivência*, 30(55), 20–33. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n55p20>



- Santos, E. S., Milani, F. G., Reverdito, R. S. & Starepravo, F. A. (2019a). O financiamento do esporte e do lazer pelos municípios do estado do Mato Grosso de 2005 a 2008. *Licere*, 22(1), 49-69. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.12311>
- Santos, E. S., Starepravo, F. A., Menezes, V. G. & Melo, E. H. R. (2019b). Municípios e propostas vulneráveis: uma análise do edital 2013 do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). *Pensar a Prática*, 22(52913), 1-11. <https://doi.org/10.5216/rpp.v22.52913>
- Scheerder, J., Willem, A., & Claes, E. (Ed.). (2017). *Sport Policy Systems and Sport Federations: a cross-national perspective*. London, UK: Palgrave Macmillan.
- Shilbury, D., Sotiriadou, K., & Green, B. C. (2008). Sport Development. Systems, Policies and Pathways: An Introduction to the Special Issue. *Sport Management Review*, 11(3), 217-223. [https://doi.org/10.1016/S1441-3523\(08\)70110-4](https://doi.org/10.1016/S1441-3523(08)70110-4)
- Silva, T. D., Couto, A. M. S. do, & Santos, M. L. A. dos. (2014). Análise da Estrutura Administrativa e Financeira do Esporte no Município de Ipiaú-BA. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 3(3), 77-87. <https://doi.org/10.5585/podium.v3i3.104>
- Souza, C. (2003). Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 15-20. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100003>
- Starepravo, F. A. & Piggin, J. (2021). Sistema esportivo do Reino Unido: dinâmica, funcionamento e reflexões para o Brasil. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, 10(1), 29-55. <https://doi.org/10.5585/podium.v10i1.16400>
- Starepravo, F. A. (2011). *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Starepravo, F. A., Nunes, R. J. S. & Marchi Júnior, W. (2009). Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. In *Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Congresso Internacional De Ciências Do Esporte*, Salvador, BA, Brasil, 16.
- Starepravo, F. A., Souza, J. de, & Marchi Júnior, W. (2011). Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. *Revista Movimento*, 17(3), 233-251. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.18420>
- Suassuna, D. M. F. de A., Almeida, A. J. M. de, Freire, O. F., & Roquete, P. C. O. Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. In D. M. F. de A. Suassuna & A. A. Azevedo (Org.). *Política e lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus.



Godoy, L., Santos-Lise, N., & Mezzadri, F. M. (2024, jan./abr.). Análise transnacional de sistemas esportivos: uma discussão teórica sobre as possibilidades metodológicas de comparação

Toledo, R. M. & Bega, M. T. S. (2010). Esporte e direitos sociais: uma análise a partir da trajetória histórica das políticas públicas de caráter social. In *Seminário Nacional Sociologia & Política: Tendências e Desafios Contemporâneos*. 2010, Curitiba, PR, Brasil, 15.